

Da Caravela a São Januário: o antilusitanismo, o Vasco da Gama e a (re)construção da identidade portuguesa no Rio da Primeira República

From Caravels to São Januário: anti-lusitanism, Vasco da Gama and the
(re)making of portuguese identity in Rio during the First Republic

João Pedro Lima de Souza

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Mestrado em História Política e Sociedade, UERJ

André Nunes de Azevedo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
Doutorado em História Social da Cultura, PUC-Rio

RESUMO: O presente artigo investiga o antilusitanismo no Rio de Janeiro da Primeira República e o papel do Club de Regatas Vasco da Gama na (re)construção da identidade portuguesa na cidade. Partindo da análise de algumas fontes documentais, como atas, periódicos, festas, rituais e arquitetura, o estudo busca compreender como o clube transformou estigmas sociais em capitais simbólicos, articulando *portugalidade* e brasilidade. Sustentado por referenciais teóricos de Pierre Bourdieu e Max Weber, examina-se o Vasco como espaço de reconversão simbólica e de resistência cultural, capaz de articular herança lusa e integração na sociedade carioca. Conclui-se que a agremiação funcionou como ponte identitária, demonstrando que a cultura nacional se constrói como um mosaico inclusivo.

PALAVRAS-CHAVE: Vasco da Gama; Antilusitanismo; Portugalidade; Rio de Janeiro.

ABSTRACT: This article investigates the anti-Portuguese sentiment (*antilusitanism*) in Rio de Janeiro during the First Republic and the role of the Club de Regatas Vasco da Gama in the (re)construction of the Portuguese identity in the city. Based on the analysis of various documentary sources such as minutes, newspapers, festivities, rituals and architecture, the study seeks to understand how the club transformed social stigmas into symbolic capital, articulating *portugueseness* and *Brazilianness*. Grounded in the theoretical frameworks of Pierre Bourdieu and Max Weber, Vasco is examined as a space of symbolic reconversion and cultural resistance, capable of articulating Portuguese heritage and integration into Rio de Janeiro's society. The study concludes that the association functioned as an identity bridge, demonstrating that national culture was built as an inclusive mosaic.

KEYWORDS: Vasco da Gama; Anti-Portuguese Sentiment; Portugueseness; Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Durante a Primeira República, o Rio de Janeiro viveu intensas transformações sociais, políticas e culturais. Nesse contexto, os imigrantes portugueses, que representavam parcela substancial da população da Capital Federal, enfrentaram estigmatização e preconceito, sendo associados ao “atraso” pelas elites republicanas e eugenistas. Paralelamente, emergiram espaços de resistência cultural e de reconversão simbólica, que buscavam reposicionar o valor social desses indivíduos. Entre tais espaços, se destacou o Club de Regatas Vasco da Gama.

O presente artigo tem como objeto de estudo o papel do Vasco da Gama na (re)construção da identidade portuguesa no Rio de Janeiro da Primeira República. O objetivo é demonstrar como o clube, por meio de símbolos, rituais, celebrações e conquistas esportivas, se constituiu como instrumento de transformação de estigmas em capitais, atuando como espaço de afirmação e integração. Utilizamos como metodologia a análise histórica e de discurso, articulando fontes documentais (jornais, atas, eventos festivos e arquitetura) com o referencial teórico de Pierre Bourdieu (capitais simbólicos e culturais) e Max Weber (ação social e estratégias de legitimação).

O CONTEXTO SOCIAL DO RIO DE JANEIRO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A fundação do Club de Regatas Vasco da Gama, em 1898, ocorreu em um cenário marcado pelo impacto de uma série de transformações. A principal delas se encontra relacionada ao fim da escravidão em 1888, que abalou as bases da Monarquia e abriu caminho para a proclamação da República. A Lei Áurea fez o Imperador perder a sua base política de sustentação, historicamente postada nos latifundiários agroexportadores escravistas.¹ Com o fim da escravidão, uma grande leva de ex-cativos se deslocou de várias regiões de plantações escravistas como, entre outras, a região cafeeira da Zona da Mata mineira, a região canavieira do norte do estado do Rio de Janeiro e, principalmente, o Vale do Paraíba fluminense que, durante a maior parte do Oitocentos, se estabeleceu como o maior sítio cafeeiro do Brasil.² Esse contingente

¹ Sobre a constituição histórica desta base política tradicional do Império, ver: MATTOS. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*, 1986.

² Sobre o lugar de cafeeira do Vale do Paraíba e sobre os efeitos da sua decadência no Rio de Janeiro, ver: STEIN. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*, 1961.

humano deixa a terra do seu cativeiro – local estigmatizado como lugar de sevícias e sofrimentos – rumo à cidade brasileira que então se apresentava como a urbe mais rica do país, seu principal centro comercial, de serviços, industrial e financeiro, além de ser a sede do principal porto do Brasil. A isso somou-se um imenso contingente de imigrantes, sobretudo portugueses, responsáveis por mais de 70% do ingresso de estrangeiros no período, que ultrapassaram a impressionante marca de 522.133 mil deslocados do exterior para a urbe carioca, embora o equivalente a cerca de um terço desse contingente de estrangeiros tenha saído do porto do Rio de Janeiro de volta ao seu local de origem. O aumento expressivo da imigração na primeira década republicana se deveu, sobretudo, às crises agrícolas dos países do sul da Europa, que se somou à necessidade de mão de obra após o fim do trabalho cativo no Brasil.³ Entre 1890 e 1906 a população do Rio disparou de 522 mil para 811 mil habitantes, um aumento de mais de 55% da população urbana da cidade em apenas 16 anos.⁴

De forma conjunta a essas transformações e com a explosão demográfica que delas adveio, uma série de problemas se avultaram na cidade, que passou a manifestar uma crise social sem precedentes, combinando uma disparada inflacionária e de custo de vida – decorrente da experiência republicana do Encilhamento – a uma crise habitacional sem precedentes. Mais do que nunca, na primeira década do novo regime republicano, o Rio de Janeiro passou a apresentar um imenso contingente de indivíduos em situação de rua, habitantes de cortiços, casas de cômodo e estalagens, todas em péssimas condições sanitárias. Essa realidade, naturalmente, potencializou os surtos de epidemias que flagelavam a cidade desde 1849. As condições de transportes públicos na urbe foram se tornando cada vez mais precárias, ineficientes e saturadas. As situações laborais também eram péssimas: não eram incomuns jornadas de 12 horas ou mais nas indústrias. No comércio, cumpria-se uma carga de trabalho extenuante, com expedientes de trabalho que muito comumente atingiam 16 horas ou mais de labor. Em meio a isso, as epidemias seguiram ceifando vidas em grande número, o que se verificou gravíssimo até o governo de Rodrigues Alves, que iniciou campanha de vacinação em massa, que só se concluiu em 1906.

³ Para uma especificação maior do quantitativo de deslocamento humano da imigração portuguesa no período em questão, ver: LOBO. *Imigração portuguesa no Brasil*, 2001.

⁴ Dados extraídos dos censos relativos ao período de 1890 a 1906. Ver: <https://abrir.link/RSAYi>. Consultado em 30 abr. 2024.

O Rio de Janeiro era, portanto, um imenso caos social na Primeira República. E esse quadro dantesco ainda encontrava hipérbole na repressão policial, uma constante na cidade, sobretudo por conta da Lei de Vadiagem, presente no novo código penal brasileiro que as elites do país se apressaram em aprovar, ainda no veredor da República, em 1890. Esse código, altamente punitivista à população de baixa renda, foi aprovado antes mesmo da promulgação da Constituição Nacional, em 1891. Isso fez com que as prisões fossem banalizadas, gerando uma explosão na taxa de encarceramento na Capital Federal. Para além disso, o índice de alcoolismo disparou na cidade, bem como os números de internações manicomiais, que foram de apenas 77 no último ano da Monarquia, em 1889, para 498 internações no ano seguinte, o primeiro da República, e elevou-se para o número de 5546 em 1898, um impressionante acréscimo de 1014% face ao ano de 1890.⁵ Considere-se ainda nesse quadro aterrador que a explosão no número de suicídios na primeira década republicana, o que nos dá nota do autêntico inferno social que a urbe carioca se tornou no alvo-receber do novo regime.⁶

Em contraste com o crônico quadro de inferno social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro, vemos situação totalmente diversa quando analisamos a realidade da elite brasileira na Capital Federal. Esta, endinheirada e sediada na cidade que era a capital do Brasil, ostentava um estilo de vida cosmopolita, vivenciando um fetichismo de consumo com as mercadorias que chegavam do Velho Continente pelo porto da cidade. O porto do Rio era, então, o maior do país em movimento geral e, sobretudo, em aportes de produtos importados, já que o porto de Santos, por força da economia cafeeira paulista, já havia ultrapassado o seu congênere carioca em exportações nos anos de 1893/1894.⁷

Havia, na elite da Capital Federal, um cosmopolitismo agressivo, baseado no consumo massivo de importados, símbolos de poder e distinção social face a negros, mestiços e imigrantes portugueses, gente simples do campo, que andavam sem camisa e descalços nas ruas da urbe. Os lusitanos eram vistos com desprezo, puxando a suas carroças como “burrinhos sem rabo”, como ficaram conhecidos os carroceiros

⁵ SEVCENKO. *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, p. 86-7.

⁶ SEVCENKO. *A literatura como missão*, p. 87.

⁷ Cf. LAMARÃO. *Dos trapiches ao porto um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*, p. 143.

portugueses, que também atuavam nas ruas do centro como vendedores de perus de porta em porta, as aves em bando a os seguir pelas ruas, ou vendedores de leite, com as suas vacas leiteiras à mão, entre outras ocupações nas quais concorriam com a população negra em várias das profissões em que esses tradicionalmente atuavam no Rio de Janeiro.

Durante todo o período da Primeira República as elites da cidade viveram a febre do progresso⁸ e o sonho de uma civilização pautada no comportamento e padrões de consumo da burguesia urbana europeia, sobretudo a anglo-francesa. A demanda por se viver esse padrão exógeno de civilização em uma cidade como o Rio levou o prefeito Pereira Passos, um dos maiores entusiastas da ideia de civilização na cidade, a realizar eventos como a Batalha das Flores, realizado na Praça da República, antigo Campo de Santana, e a queima de fogos venezianos na praia de Botafogo.⁹

Tratava-se de uma elite não somente distante da realidade da maioria da população da urbe carioca, mas também indiferente e buscando distinção dos grupos subalternos do Rio de Janeiro, como meio de afirmar a sua dominação política sobre esses. Sentiam-se racialmente superiores a negros e mestiços, como também aos portugueses que, no horizonte eugenista¹⁰ desse grupo socialmente privilegiado, eram vistos como elementos de última extração do antigo continente, e associados ao atraso face a euforia do progresso que tomava conta dessa camada social. É como observa o historiador norte-americano Jeffrey Needell, quando aborda a elite da Capital Federal no período de sua Belle Époque: “Na Belle époque carioca, a fantasia de identificação europeia estava ligada à realidade de dominação da elite carioca. Este era o equivalente de um paradoxo maior – a realidade das relações neocoloniais do Brasil com o Atlântico Norte se ligando à fantasia de uma cultura franco-inglesa universal, à fantasia da civilização”.

⁸ Para um maior aprofundamento sobre a febre do progresso na Capital Federal, ver: NEVES. *As vitrines do progresso – o conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao século XX: a formação do mercado de trabalho no Rio de Janeiro*, 1986.

⁹ Sobre essas e outras ações do prefeito Pereira Passos, ver mais especificamente o terceiro capítulo: AZEVEDO. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*, 2016.

¹⁰ Sobre o eugenismo no Rio de Janeiro, ver: SCHWARTZ. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*, 1993.

Tratava-se, portanto, de uma elite que não só nutria sentimentos de profundo desprezo pela raia miúda que ocupava as ruas da cidade, como, de modo particular, apresentava forte preconceito contra o elemento lusitano, chegando mesmo a fobia social desse grupo. Nesse ponto, vale notar que o Rio de Janeiro da Primeira República apresentou um número altamente expressivo de imigrantes portugueses. No censo de 1890, os portugueses apareciam com um contingente de cerca de 20% da população do Capital Federal.¹¹ Segundo a professora Eulália Maria Lahmeyer Lobo, entre 1903 e 1905, um terço da população da urbe carioca era de lusitanos,¹² uma relação de razão e proporção com a população do Rio de Janeiro jamais vista por nenhum outro grupo étnico, em nenhuma outra capital ou grande cidade brasileira.

Havia, por parte da elite republicana, um medo disseminado de um eventual retorno da Monarquia em um contexto de incertezas quanto à afirmação do novo regime junto à raia miúda carioca. Esse último segmento da população manifestava imensa desconfiança com o regime republicano e as novas elites no poder, além de manterem um sentimento de afeto e saudosismo para com a Monarquia, associada à libertação dos escravizados e ao respeito aos modos de vida dos segmentos subalternos do Rio.

A elite republicana brasileira, após 1889, buscou afirmar um sentimento de pertencimento local, vincando a sua condição de povo do continente americano, e buscando desvincular-se de Portugal. Demarcar as diferenças entre brasileiros e portugueses tornou-se, então, fundamental para isso. A historiografia republicana se mobilizou para construir um discurso que transferisse a culpa das elites nacionais aos portugueses, pelo que era a situação social e econômica pouco venturosa do país. Assim, os lusitanos passaram a emergir no discurso hegemônico dos republicanos como representantes do atraso histórico da nação. Os portugueses eram acusados de atrasados face à torrente de um suposto progresso universal no qual a elite brasileira se via desejosa de ingressar. Passaram a aparecer, na República, como ignorantes, atrasados, imobilistas, corruptos que roubaram o dinheiro nacional no processo colonial e que roubavam os brasileiros no tempo presente, lesando-os na

¹¹ Dados extraídos dos censos relativos ao período de 1890 a 1906.

¹² LOBO. *Imigração portuguesa no Brasil*, p. 19.

pesagem de seus armazéns e em seus cadernos de venda a crédito.¹³ Apareciam também como sovinas, exploradores do trabalhador nacional ou ladrões dos empregos dos brasileiros, pois privilegiariam a contratação de seus patrícios em suas empresas, sobretudo o comércio varejista, setor no qual dominavam 70% dos estabelecimentos.¹⁴ Eram vistos, também, como exploradores das habitações populares das quais eram senhorio dos brasileiros, tanto em casas regulares, como em casas de cômodos ou cortiços que dominavam em grande número na cidade, cobrando aluguéis que eram considerados extorsivos. Outro setor em que o imigrante lusitano aparecia como usurpador dos brasileiros era o funcionalismo público, no qual tinham grande presença, sendo assim configurados como povo que roubava o elemento nacional sem oferecer-lhe nada em troca. Dessa forma, o imigrante português passou a ser representado no novo regime como “inimigo nacional”.

A representação do lusitano como usurpador do emprego e da renda dos brasileiros foi particularmente forte na primeira década da República, e em especial durante o governo de Marechal Floriano Peixoto, que habilmente explorou as representações negativas do elemento português para promover o seu nacionalismo em um momento de imensa instabilidade política pelo qual passava o Brasil. Foi nesse contexto que ganhou força uma das principais correntes políticas do início da República, o jacobinismo, composto sobretudo por elementos das camadas médias urbanas e das suas camadas populares. O jacobinismo tinha como seu líder a figura referencial de Marechal Floriano, que aparecia a esses militantes como herói nacional e o único homem apto a defender os interesses dos brasileiros contra os portugueses, que seriam a razão do “atraso” nacional e agentes de um possível retorno da Monarquia. Esse movimento político apresentava uma ideologia nacionalista difusa, sem uma plataforma de ideias claras, baseando-se sobretudo em um nacionalismo radical estribado na xenofobia contra os imigrantes lusitanos, que apareciam ainda como restauradores do regime monárquico no país, ameaça à afirmação da República e o maior óbice ao ingresso do Brasil na torrente internacional do progresso,

¹³ EDMUNDO. *O Rio de Janeiro do meu tempo*, p. 627.

¹⁴ Esse dado é de José Murilo de Carvalho. Ver: CARVALHO. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, 1987.

causa principal do atraso, corrupção e miséria do povo brasileiro, exploradores do elemento nacional que seriam.

Assim, os jacobinos, representados em número expressivo da população do Rio de Janeiro, foram os principais promotores da lusofobia no Brasil. Organizaram, com o apoio do governo de Floriano, os chamados batalhões patrióticos, espécie de milícias privadas dedicadas a defender o governo de seu líder e a denunciar e perseguir os imigrantes portugueses na urbe carioca. Detinham vários jornais antilusitanos na Capital Federal, dedicados a detratção do elemento português. Realizavam comícios lusófbos e promoviam espancamentos de portugueses no centro da cidade, os quais eram evocados pelo grito de “mata marinho”.¹⁵ Tais espancamentos eram, muitas vezes, observados pela polícia, que não raro anuía com a violência física e verbal contra esses imigrantes europeus. Ameaças de se queimar casas e estabelecimentos comerciais dos portugueses também se faziam presentes em grande monta nas ações dos jacobinos, que defendiam a expulsão de todos os lusitanos do solo nacional.¹⁶

O movimento jacobino foi se enfraquecendo depois da morte de Marechal Floriano Peixoto, em 1894, mas deixou um forte substrato de antilusitanismo, que permaneceu latente na cidade por muito tempo, sendo retomado em novos moldes nos anos 1920, conforme nos mostra a pesquisadora Gladys Sabina Ribeiro, uma das maiores estudiosas do fenômeno da lusofobia na urbe carioca.¹⁷

O VASCO COMO EXPRESSÃO E INSTRUMENTO SIMBÓLICO DE PORTUGUESES NO RIO DE JANEIRO

Na transição entre os séculos XIX e XX, o Rio de Janeiro experimentava, portanto, uma situação de dualidade: enquanto as elites buscavam forjar uma nova identidade nacional inspirada em projetos modernizantes e em convicções eugenistas, milhares de imigrantes portugueses, muitos de origem social humilde, passavam por violenta estigmatização e preconceito social. No contexto, para além de em outros espaços, buscaram reinventar seu lugar na hierarquia sociocultural da cidade por meio de

¹⁵ Para esse e outros fatos relacionados à lusofobia na Capital Federal, ver: RIBEIRO. *Mata Galgos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*, 1990.

¹⁶ Ver: MENDES. *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*, p. 180.

¹⁷ Sobre a retomada da lusofobia na década de 1920, ver: RIBEIRO. *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas*, 2017.

um instrumento que, a princípio, poderíamos julgar improvável: um clube esportivo. Fundado em 1898, o Vasco da Gama rapidamente se consolidou como elemento que estava para além de suas funções recreativas, se tornando espaço de *reconversão simbólica*¹⁸ no processo; lugar onde a comunidade lusa negociava sua integração à Capital Federal, sem abdicar das suas origens. Nos primeiros anos do Vasco, o imperativo fundamental era o de que o clube operasse em um *campo*¹⁹ de disputas e negociações, o esportivo, com um objetivo central: transformar a realidade de portugueses no Rio através da ressignificação de sua imagem. Tal ressignificação simbólica, naturalmente, deveria ser atingida através de vitórias e conquistas no esporte, que favoreceriam a identificação com/humanização dos portugueses. Este processo, calculava-se, incentivaria o acréscimo no valor concedido a estes indivíduos no espaço social, tudo por via da capilaridade conquistada pelo clube.

No contexto ao qual estamos dedicados, o objetivo das *agências sociais*²⁰ que institucionalizaram a agremiação era o de converter estigmas em *capital social*,²¹

¹⁸ A *reconversão simbólica* é um elemento que está em referência à transformação de um capital, seja ele social, econômico ou cultural, em um outro e, especialmente, em capital simbólico. Sendo o capital simbólico a capacidade que agências sociais têm de impor determinada visão de mundo, valores e regras, legitimando sua posição social – normalmente, de forma naturalizada e/ou disfarçada, de tal modo que esta legitimação não se pareça com uma construção histórica, mas com algo dotado de um sentido inevitável – a reconversão ocorre quando se mobiliza um capital para aquisição ou fortalecimento do capital simbólico. Cf. BOURDIEU. *O poder simbólico*, 2001.

¹⁹ A noção de *campo* aqui estabelecida também tem por base Pierre Bourdieu. Para o cientista social, o campo é um sistema simbólico razoavelmente autônomo em suas leis e balizadores, mas que são microcosmos mais ou menos integrados a outros campos, informando a realidade de um espaço social moderno. Em cada um desses sistemas, há o predomínio de relações de forças entre agentes em busca de poder, e eles só se afirmam enquanto campos através do papel ativo dos indivíduos que deles reclamam. Tais indivíduos se ajustam entre dominantes e dominados em função do acúmulo de capitais, que são os valores que geram valores nesses sistemas. Indicados sistemas são mediados pela inteligibilidade possível de seus agentes, o *habitus*, e por isso tendem à conformação e podem ganhar contornos de tradição. Cf. BOURDIEU. *O poder simbólico*, 2001.

²⁰ A noção que herdamos de agência social, agentes sociais e termos derivados é proveniente do que Max Weber conceituou como *ação social*. Segundo o intelectual, a ação social remete a uma conduta individual que reflete sentido para seu agente, mas, principalmente, para todos aqueles afetados por ela em determinado ambiente, sejam indivíduos ou coletividades. A ação social está sempre ancorada a níveis de interação e simbolismo. Cf. WEBER. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, 2004.

²¹ O *capital social* se refere a um conjunto de recursos – atuais ou potenciais – que determinado agente ou coletividade pode acessar a partir de uma rede de contatos e relacionamentos sociais duráveis, que são fundamentados em interconhecimento e interreconhecimento. Para além de ser um valor por conta própria, o capital social é um elemento fundamental para que se acumule outros tipos de capital, uma vez que propicia acesso a informações, recursos materiais, prestígio social, oportunidades e apoio social. Cf. BOURDIEU. *Escritos de educação*, 2007.

converter incompreensões em *capital cultural*,²² utilizando os jogos como ferramentas de afirmação coletiva dos indivíduos que o grêmio representava. Desde o início, dirigentes da instituição utilizaram-se de símbolos históricos, tais como a caravela e a Cruz da Ordem de Cristo, para reivindicar capital cultural e histórico. Em um ambiente no qual eram rotulados de “galegos” e acusados de atraso, os fundadores se autoproclamavam herdeiros de ícones das Grandes Navegações, com a ambição de inverter estigmas em fonte de prestígio. O Vasco, portanto, não era apenas um clube, mas uma estratégia de empoderamento, e foi assim que a instituição se tornou um instrumento político, para além de esportivo. Rapidamente, o espaço do CRVG²³ foi objetivado como um em que os portugueses ascenderiam socialmente através de estratégias que combinavam tradição e modernidade. Sua fundação refletia não apenas a adesão à moda das agremiações esportivas, mas uma resposta coerente e organizada à estigmatização das agências sociais portuguesas na urbe. O Vasco da Gama esteve, quando organizado, situado na articulação entre identidade e pertencimento com integração e a busca por um melhor espaço público, tomando parte em uma rede muito mais ampla de solidariedade e associativismo entre filhos da diáspora portuguesa – que, inclusive, o precedia em décadas de atividade no Brasil e, simbolicamente, se articulava com o sentido comum que temos trabalhado.

Um sinal significativo dessa presença histórica e desse senso coletivo de missão pode ser sintetizado na “Grande Subscrição Patriótica Portuguesa”, campanha que foi lançada para “Commemorar o quarto centenario do descobrimento do caminho maritimo da India, offerecendo a Portugal um navio de guerra [...] em nome da colonia portugueza no Brazil”.²⁴ Como destaca Walmer Peres Santana,²⁵ diversos futuros fundadores e dirigentes do Club de Regatas Vasco da Gama participaram da campanha, o que nos indica seu sentimento de pertencimento com relação ao país

²² Compreendido como o acúmulo de conhecimento, comportamentos e habilidades por parte de um agente ou grupo, que indicam competência cultural e determinam posição social de tal agente ou grupo sutilmente. Pode ser definido como a familiaridade com a cultura configurada legítima dentro de uma sociedade, sendo divisível entre *capital objetivado* (livros, obras de arte, bens culturais), *capital institucionalizado* (diplomas, qualificações, credenciais de uma educação formal) e *capital incorporado* (linguagem, disposições, maneiras, preferências). Cf. BOURDIEU, Les trois états du capital culturel, 1979.

²³ Para Club de Regatas Vasco da Gama. Estratégia que utilizaremos para evitar a repetição do nome da instituição.

²⁴ *Jornal do Commercio*, 31 out. 1897.

²⁵ SANTANA. *A consolidação do Club de Regatas Vasco da Gama (1898-1906)*, p. 76.

ibérico. Além disso, o colega ressalta que no ano seguinte à subscrição, quando de fato se comemorou os quatro séculos da trajetória marítima, o Rio foi testemunha de espetáculos teatrais, publicações em revistas e livros, festividades e circulação de selos e moedas, todos organizados coletivamente pela comunidade portuguesa em sentido mais abrangente.²⁶

De todo modo, o Vasco da Gama estava situado, como já indicado, em um universo de instituições que demonstravam a presença e lealdade²⁷ lusitana em solo carioca. Retomando a instituição esportiva em seu contexto fundacional, e como o próprio nome do clube demonstra, casualidades e a suposta despretensão envolvida com atuar em um divertimento não eram características da coletividade que se constituía com a herança de um senso missionário que se situava para além dela própria. Em um Brasil recém-saído do Império, a referência ao navegador português do século XV²⁸ resgatava um dos grandes mitos fundadores da *portugalidade*²⁹: as Grandes Navegações. Para imigrantes vinculados ao trabalho braçal e urbano e, de forma geral, rotulados como “atrasados”, as agências sociais portuguesas envolvidas à fundação – que eram em absoluta maioria³⁰ – ofereciam reabilitação e revalorização históricas, já que caminhavam no sentido da explícita glorificação do passado

²⁶ O *Jornal do Brasil*, por exemplo, nos mostra que para reunir fundos para a campanha, o Club Gymnastico Portuegez ofereceu um “Grande festival artístico”, aberto a sócios e não-sócios, 12 ago. 1897.

²⁷ Neste ponto, o jornal *O Paiz* se demonstrou como um caso exemplar. Na data em que se celebrou o quarto centenário, o periódico carioca, que era propriedade de agentes sociais lusitanos, ocupou toda sua primeira página com a epopeia de Vasco da Gama, sua imagem, suas “descobertas”, sua apreensão sobre o subcontinente indiano, tudo enquanto trechos d’*Os Lusíadas* compunham lateralmente as considerações (*O Paiz* – 20 maio 1898).

²⁸ No contexto da institucionalização do clube, outros nomes estavam no páreo para representar a associação, inclusive o de Viriato. Como defendemos, o clube foi fundado em função dos laços que seus agentes articuladores mantinham/visavam manter com Portugal, estando situados no Rio de Janeiro. Tinham, com isso, o intuito de afirmar sua própria herança e identidade, demonstrando a partir do esporte e seus discursos no contexto – de honra, de disciplina, de vigor, de determinação – o valor do país ibérico. Era essencial, portanto, aludir ao concebido heroísmo de determinadas figuras históricas portuguesas, ou reconstruídas enquanto portuguesas *a posteriori*, inclusive em seu próprio nome. Cf. ROCHA. *Club de Regatas Vasco da Gama histórico: primeiro volume, 1898-1923*, 1975.

²⁹ Por portugalidade, compreendemos um senso de pertencimento étnico e coletivo vinculado à nação portuguesa, suas tradições e cultura.

³⁰ Algo que não é posto em dúvidas e foi definitivamente atestado, para além de em outros espaços, em SANTANA. *A consolidação do Club de Regatas Vasco da Gama (1898-1906)*, p. 96-104.

português.³¹ Isso, por si só, já nos indica que, no interior da coletividade, o que se reforçava era uma identidade étnica orgulhosa.³²

No mesmo sentido, os elementos visuais do clube reforçavam/reforçam o que classificamos como articulações conscientes; como ações sociais racionais. A caravela, as cores do clube, a presença marcante de uma versão encarnada da Cruz da Ordem de Cristo como símbolo da instituição³³ e os discursos que faziam ode à “missão civilizatória³⁴ portuguesa”, convertiam um passado que deixou marcas coloniais em capital simbólico. Era, para nós, uma clara estratégia de nobilitação em um contexto em que isso ainda se fazia importante na Capital Federal: se importantes agentes brasileiros os reduziam a “galegos”, os fundadores do Vasco se autoproclamavam herdeiros de indivíduos reconhecidos como heróis em sua terra natal. Com isso reivindicavam para si, na mesma conta, o patamar de reconhecimento no espaço social que, de forma geral, almejavam e não detinham. Essas narrativas não eram ingênuas de forma alguma. Em um contexto republicano que associara o passado colonial ao obscurantismo, a releitura sobre as Navegações servia como contraponto identitário. Na imagem que se construía, os lusitanos que desencadearam o processo colonial, longe de meros “invasores”, eram apresentados como portadores de uma tarefa histórica. O Vasco da Gama, assim, se tornava espaço de reafirmação étnica, onde o brio em defesa

³¹ Do mesmo modo, segundo Walmer Peres, os fundadores do clube buscavam, com isso, atrair os imigrantes portugueses no Rio à sua causa. Esta foi, de acordo com o historiador, uma estratégia para angariar adeptos em grande quantidade em curto prazo, tendo por base o volume da colônia. Cf. SANTANA. *A consolidação do Club de Regatas Vasco da Gama (1898-1906)*, p. 74.

³² Algo também indicado por uma troca entre Alberto de Carvalho Silva, português e antigo presidente do Vasco, e Antonio dos Santos Malho, também português e antigo secretário do clube. Tendo se licenciado da presidência para um tratamento de saúde em sua terra natal, o dirigente recebeu a seguinte mensagem do conterrâneo e secretário do CRVG: “Quando voltar, e Deus permita que seja breve, cá nos encontrará sempre em torno da nossa bandeira Grancruzada com essa Cruz da Ordem de Christo, que serviu de estímulo aos navegadores portugueses, para a descoberta dos novos mundos; Cá nos encontrará sempre em torno d’essa Cruz Gloriosa que é o Signal mais puro da Fé e que foi o primeiro Symbolo que a audacia dos nossos antepassados conseguiu implantar na Índia ao mando d’esse Glorioso Capitão que se chamou Vasco da Gama, que é nosso Patrono e que é uma das puras e limpidas Glorias d’essa assombrosa Historia de Portugal!!!” (Atas da Assembleia Geral do Club de Regatas Vasco da Gama (21 ago. 1898 a 18 out. 1908), 20 mar. 1904).

³³ A tradicional “Cruz de Malta” que serve de metonímia da instituição é, na verdade, a Cruz da Ordem de Cristo. O símbolo nos remete, naturalmente, à expansão marítima portuguesa, sendo mais uma das insígnias resgatadas pelo Vasco para legitimar a presença lusitana. Cf. ROCHA. *Club de Regatas Vasco da Gama histórico*, 1975.

³⁴ Em tempos em que a lógica de civilização não estava de forma alguma desfeita, em que se pese o fato de que se apresentava como um valor cada vez mais diluído no de progresso, como já adiantamos.

às origens desafiava os estereótipos e a xenofobia, e no qual se disputava um lugar de maior prestígio e, conseqüentemente, poder na sociedade carioca.

Além dos elementos simbólicos já discutidos, um outro se refere às singularidades tipicamente portuguesas que foram exercitadas no interior da agremiação durante toda Primeira República, mesmo em períodos de retração das dinâmicas antilusitanas na cidade. Quando refletimos a partir de Pierre Bourdieu e suas conceituações, constatamos que os portugueses recriaram no CRVG um *habitus*³⁵ que mesclava tradições ibéricas com adaptações/integrações dos elementos locais – como não poderia não ser, já que estavam distantes de sua terra original e dialogando, a todo tempo, com a realidade histórica, simbólica e material do Rio de Janeiro, criando uma identidade híbrida.³⁶ De toda forma, as celebrações no clube eram marcadas por rituais que evocavam Portugal. O Estádio Vasco da Gama, inaugurado em 1927, sempre contemplava ritos remetidos à tradição portuguesa.³⁷ A Festa de São Januário, padroeiro do monumento, contava com missas em latim e procissões com símbolos religiosos, sendo muitas vezes lideradas por imigrantes lusitanos. Já outras celebrações da agremiação destacavam pratos como o bacalhau, reforçando laços gastronômicos com a pátria-mãe e, para além deles, rituais comunitários.³⁸ No mesmo sentido, os Bailes da Caravela contribuíam ao demarcar a presença portuguesa no clube como muito mais que herança. Neles, como descrito no periódico *A Noite*, “As damas vestiam saias rodadas e lenços do Minho, enquanto os cavalheiros entoavam fados”.³⁹ Além desses exemplos, nos sempre presentes serões

³⁵ Isto é, um conjunto de estilos de vida, disposições, formas de experimentar e sentir o mundo. O *habitus* é, para Bourdieu, o gosto incorporado, interiorizado, que se define entre os agentes sociais de determinado(s) campo(s) e em seus diferentes ambientes. Em síntese, é algo que compõe a identidade dos agentes em campo na medida em que se coloca como algo entre as estruturas objetivas e as – possíveis – condutas individuais. O *habitus* é, portanto, um conjunto de disposições duráveis, parte mental de determinada estrutura *estruturada-estruturante* que está relacionada a um grupo atuante em um campo. Cf. BOURDIEU. *O poder simbólico*, 2001.

³⁶ Retomaremos esse ponto em breve, em momento mais oportuno.

³⁷ Antes mesmo à inauguração do estádio, hoje popularizado como *São Januário*, foi importante ao clube que sua construção recebesse “as bênçãos da igreja”, correspondendo à tradição portuguesa de ter na religiosidade católica um pilar de sua própria identidade. Como noticiado pelo *Correio da Manhã*, “Foi debaixo da fé catholica [...] bemzido o grandioso stadium do Vasco da Gama por d. Agostinho Mamede” (*Correio da Manhã*, 5 abr. 1927).

³⁸ Em 1925 celebrou-se no Vasco, por exemplo, o Dia do Bacalhau. Nesta data, pelo noticiado, o clube serviu centenas de porções do peixe a preços populares, no que foi definido pelo *A Noite* como um “banquete para os que não traem suas origens” (*A Noite*, 5 maio 1925).

³⁹ *A Noite*, 10 jun. 1919. Na mesma passagem, o jornal destaca que era habitual que fosse recriada, nos diversos bailes da agremiação, “uma Lisboa em miniatura”, regada a danças e comidas típicas do país.

literários, eram feitas homenagens a Luís de Camões⁴⁰ e se promoviam debates sobre o futuro dos imigrantes portugueses no Brasil, articulando pertencimento étnico e integração local,⁴¹ inclusive em novos contextos de fortalecimento antilusitano.

Os anos de 1920, em especial, trouxeram consigo uma nova escalada no antilusitanismo. A década em questão representou, para o Brasil, uma conjuntura em que se articulou o fortalecimento de um nacionalismo nativista, movimento que ficou marcado pela valorização de símbolos e identidades autóctones em contraposição às influências “exógenas”. Esse contexto, que se alinhava às celebrações do Centenário da Independência em 1922 e às transformações do pós-Primeira Guerra, catalisou debates sobre a consolidação da *brasilidade*, frequentemente vinculada à tão almejada modernidade. Sob o véu da pretensa construção de uma identidade nacional homogênea, porém, a lusofobia se atualizou e ressurgiu como ferramenta de mobilização política. Novamente atacados a partir de estereótipos e anacronismos, imigrantes portugueses voltaram a servir de alvo a discursos xenofóbicos, que os associavam à resistência à assimilação e à manutenção de hierarquias sociais arcaicas que contrastavam com o projeto de nação ainda em gestação. Sobremais, tais indivíduos voltavam a ser denunciados como elementos que, deliberadamente, travavam a construção do povo brasileiro, principalmente por sua presença relevante e sua atuação bastante vocal nos diferentes campos da cidade. Como constatado pelo colega Gustavo Nóbrega de Jesus,⁴² o que se desejava por nativistas era a afirmação de interesses situados como tais na transição secular. Se objetivava a cunhagem de uma identidade coletiva em oposição ao elemento português, algo que era encarado, então, como uma missão patriótica.

Distante de ter sido este um momento em que houve retração nas determinações do Vasco, o clube seguiu demonstrando, por toda conjuntura, que

⁴⁰ Algo que se demonstra em outra passagem do *Correio*, anterior às que já consideramos. Em matéria que abordava o Dia de Camões, o periódico destacou que “O Vasco da Gama, clube querido da colônia portuguesa, realizou hontem um baile memorável em celebração ao Dia de Camões. Não se via tanta gente falando o idioma de Camões desde as festas do Real Gabinete Portuguez” (*Correio da Manhã*, 10 jun. 1910).

⁴¹ A revista *Lusitania*, por exemplo, menciona uma sessão no Vasco com leitura coletiva d’Os *Lusíadas* e afirma a existência de debates sobre “o lugar do imigrante na nova República”, também no clube (*Lusitania*, ed. maio 1929).

⁴² JESUS. O nacionalismo antilusitano e o centenário da Independência nas páginas da revista *Gil-Blas* (1919-1922), p. 12.

corresponderia às incumbências de sua institucionalização, algo que já adiantamos com alguns exemplos situados nos anos de 1920. Enquanto era oficializado o hino nacional em 1922, a agremiação não deixava de lado a execução d'*A Portuguesa* em seus eventos solenes, por exemplo. Na inauguração de *São Januário*, monumento que por si só já expõe a portugalidade histórica do clube por seu estilo arquitetônico, seus azulejos portugueses, suas obras de arte remetidas a Portugal e aos mitos fundadores da nação, diversos elementos de *portugalidade* foram exercitados, para protesto de setores que se alinharam às convicções nacionalistas da época e louvor de agências com origens lusitanas.⁴³ Tais casos emblemáticos, para nós, dialogam de forma significativa com o que apontávamos sobre a dedicação, por parte das agências do Vasco, por reconversão simbólica. Na instituição, símbolos marginalizados que compunham a identidade portuguesa eram ressignificados como valores positivos, contrastando com as narrativas que definiam que o “brasileiro moderno” deveria selecionar as suas origens, apagando a muito evidente presença lusitana no Brasil, no Rio de Janeiro, e em sua construção.

Muito mais que meras encenações folclóricas, os rituais realizados no Vasco da Gama transformavam seu espaço (o estádio, o salão social), em lugares de uma memória viva, onde práticas culturais portuguesas eram (re)vividas e ressignificadas. Os ambientes do clube eram, então, lugares de continuidade cultural e marcadores de uma fronteira simbólica contra seu apagamento. Essas atividades não apenas preservavam tradições, mas atualizavam um modo de ser coletivo que era internalizado pelos imigrantes, resistindo tanto à depreciação sociocultural quanto à eventual assimilação forçada. A força dessa estratégia ficava evidente em seu próprio tempo. Como destacou o jornal luso-brasileiro *A Época*, “No Vasco, o imigrante não precisa esconder seu sotaque; aqui, ser português é motivo de orgulho”.⁴⁴ Consideramos que essa afirmação sintetiza, em boa medida, a posição e o papel exercido pelo clube. O Vasco da Gama era, mesmo que não se esgotasse nisso, um espaço de afirmação identitária, onde o sotaque lusitano, os pratos típicos e as celebrações culturais portuguesas eram, muito mais que permitidos, celebrados. Dessa forma, o Vasco articulava-se de

⁴³ *A Época*, de inegável herança portuguesa, com um histórico de valorização de sua comunidade e das origens lusitanas e que já há tempos demonstrava sua abnegação em prol da *portugalidade* do Rio, celebrou o Vasco por seu “respeito às raízes” (*A Época*, 22 abr. 1927).

⁴⁴ *A Época*, s/d 1925.

maneira que sua origem não se desfizesse, garantindo que a herança cultural dos imigrantes não se perdesse, mas reinventasse em diálogo com a cidade.

Isso era algo, inclusive, perceptível no período histórico em que indicadas articulações eram desenvolvidas. No espaço social do Rio de Janeiro, tamanho era o impacto do Vasco para a comunidade portuguesa, que o clube estava mesmo situado em um grande grupo de ambientes percebidos em função dos lusitanos da urbe. Por tal impressão, o Vasco servia como símbolo de ode e aversão, a depender dos agentes que articulavam tais apreensões. Se, com relação ao segundo sentimento, o Vasco da Gama era constantemente atacado por indivíduos e coletividades antilusitanas, que declamavam o clube enquanto promotor de “malefícios” nos esportes, algo que seria uma “expressão de sua mentalidade portuguesa”; se, para muitos dos mesmos agentes, o CRVG era um “órgão da colônia [...]” se conduzindo pela “reconquista econômica do Brasil [...]”,⁴⁵ por outro lado, a agremiação esportiva também era positivamente reconhecida por seu compromisso com a valorização dos portugueses na cidade, e reconhecida por outros indivíduos por conta disso.

Ao ter sua *portugalidade* tratada com normalidade por amplos setores da urbe, por muitas vezes o clube era homenageado por sua atuação. Suas conquistas, em diversas oportunidades, ressaltavam Portugal e a felicidade da colônia. O Cine Odeon, por exemplo, situando a inauguração de *São Januário* em um quadro das aquisições dos lusitanos da cidade, anunciou o seguinte evento em seu espaço, na Cinelândia, via *Correio da Manhã*:

SEMANA PORTUGUEZA!

Associando-se á COLONIA PORTUGUEZA, e participando do seu jubilo, por mais este triumpho alcançado pela raça luzitana com o feito estu-
pendo do

<<ARGOS>>

O ODEON dedica a portuguezes e brasileiros que juntos homenageiam Sarmento de Beires e seus heroicos companheiros, o espectáculo que se iniciará – DEPOIS DE AMANHÃ Um programma especial

A chegada do <<Argos>> [...]

A Missa Campal – A inauguração do Hospital Feminino da Beneficencia Portuguesa – A Inauguração do Stadium do Vasco da Gama [grifo nosso] são todos assumptos que prendem almas patrias como as luzitanas [...].⁴⁶

⁴⁵ *Gil-Blas*, 25 ago. 1922.

⁴⁶ *Correio da Manhã*, 23 abr. 1927.

Como se constata, o Vasco estava francamente inserido no que era uma percepção geral sobre as que seriam as instituições lusitanas da cidade do Rio de Janeiro. Lembrado enquanto tal por conta do erigir de seu estádio, o clube fez parte das homenagens do Odeon que detinham, por carro-chefe, a *Argos*, expedição de tripulantes portugueses que conseguiu a primeira travessia aérea noturna do Atlântico Sul. O avião saiu de Lisboa, chegou ao Rio e tomou as páginas dos periódicos cariocas entre março e abril de 1927. Os aviadores, naturalmente, foram convidados de honra na inauguração de *São Januário*; seu comandante, Coronel Sarmento de Beires, foi o escolhido para o ato simbólico de cortar a fita inaugural da construção.⁴⁷

Para além das apreensões que o Rio de Janeiro fazia sobre a *portugalidade* do Vasco da Gama, porém, tal elemento era tão central na agremiação que se fez notar pelo próprio Estado Português, ainda em 1908. No ano em questão, como sabemos, foram comemorados os cem anos da chegada de d. João VI ao Rio, bem como o centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas. Para indicadas celebrações, o então rei de Portugal, d. Carlos I, faria uma visita de Estado ao Rio e, entre seus compromissos oficiais, estaria o seguinte: “Consta-se que o heroico Club de Regatas Vasco da Gama será distinguido pelo governo de S.M. Fidelissima o rei de Portugal com o honroso titulo de Real Sociedade”.⁴⁸ Como podemos constatar da matéria do periódico, o reconhecimento da associação vascaína como entidade lusitana era tal que merecia, inclusive, posição de destaque; posição esta que seria concedida pelo próprio rei do país atlântico e por ele já fora expedida, ainda em Lisboa, como parte de um Alvará Régio. Para além do noticiado pela *Gazeta*, sabemos, hoje, que d. Carlos foi vítima de um regicídio que precipitou o Golpe da República lusitano, o que inviabilizou sua viagem ao Brasil e qualquer cerimonial, mas, de toda forma, não invalidou o alvará. Entre as instituições portuguesas e de origem lusitana no Brasil, uma das que enviou condolências pela perda foi, naturalmente, o Vasco da Gama,⁴⁹ que prontamente recebeu como resposta os agradecimentos do veador de serviço, em nome da então rainha-consorte.⁵⁰

⁴⁷ *Correio da Manhã*, 22 abr. 1927.

⁴⁸ *Gazeta de Notícias*, 12 jan. 1908.

⁴⁹ Algo que pode ser visto em passagem do *Correio da Manhã*, 7 fev. 1908.

⁵⁰ *Correio da Manhã*, 8 fev. 1908.

Em todo caso, e exposta de forma ainda mais clara a ligação do clube com a nação ibérica, o destaque com o qual finalizamos o penúltimo parágrafo é, também, fundamental de levarmos em conta. Não se reduzindo enquanto enclave nostálgico de Portugal na cidade, a resistência cultural do Vasco nunca se demonstrou oposta à integração na sociedade brasileira e, da mesma forma à vinculação ao clube de brasileiros como um todo, desde suas origens.⁵¹ O Vasco da Gama como embaixada cultural, mecanismo simbólico, bastião identitário, projeto político ou, simplesmente, como clube esportivo, sempre se afirmou em função da fusão cultural; se afirmou enquanto negociante de um lugar de pertencimento, mediando as origens lusas e suas raízes locais. Se, por um lado, o Vasco afirmava *portugalidade* em hinos, rituais, sua estética e arquitetura, por outro, atuava como ponte, recebia *brasilidade* e atuava pela *brasilidade*, contava com brasileiros em seus eventos, suas construções e, mais que tudo isso, não recusava se “abrasileirar” em suas estruturas⁵² – algo nem sempre verdadeiro entre instituições de origem portuguesa do Brasil.⁵³ O Vasco participava ativamente da vida pública carioca, incorporava elementos da cultura brasileira em seu cotidiano e, acima de tudo, trabalhava com uma estratégia dialógica na formação de suas equipes que era bastante sofisticada aos padrões de sua época.⁵⁴ Isso se expressou de forma significativa com o título do Campeonato Carioca de 1923, conquistado a partir do protagonismo de brasileiros trabalhadores, muitos deles negros, em um tempo em que isso não era consensual em outros

⁵¹ Cumpre considerarmos que, mesmo que tenhamos ressaltado a ampla maioria de lusos e lusodescendentes entre os membros-fundadores do clube, outros fundadores do Vasco não tinham qualquer vinculação mais imediata com Portugal; eram brasileiros-natos que, envolvidos ao comércio do Centro e dragados pela ampliação esportiva por que passava a cidade, dialogaram com companheiros de origem lusitana pela institucionalização do Vasco da Gama. Cf. SANTANA. *A consolidação do Club de Regatas Vasco da Gama (1898-1906)*, p. 105.

⁵² Aqui, vale destacarmos a figura de Cândido José de Araújo. Homem negro e brasileiro nato, Araújo foi agente social importantíssimo do grêmio em seus primeiros anos. Foi tesoureiro da associação, eleito presidente dela em 1904 e, com ele, o Vasco despontou como força a ser reconhecida no esporte, conquistando uma posição relevante no remo. Em seu mandato, o CRVG se tornou bicampeão nas regatas do antigo Distrito Federal (1905-1906). Cf. ROCHA. *Club de Regatas Vasco da Gama histórico*, 1975.

⁵³ O Lusitania SC, por exemplo, outro clube esportivo de origem portuguesa no Rio, não foi capaz de ser luso-brasileiro como o CRVG e assumiu um caráter exclusivista. Em seus estatutos, se definia que para ser sócio, atuar na vida social e esportiva da instituição, o pretendente deveria ser lusitano ou descendente direto. Cf. ROCHA. *Club de Regatas Vasco da Gama histórico*, 1975.

⁵⁴ Ao mesmo tempo que, inversamente à constatação, atendessem a demandas também presentes no Rio de Janeiro da época. Em tempos em que a acelerava a conscientização de agências sociais, o clube se demonstrava aberto à integração social e racial, indicando que não somente não se alienava da sociedade carioca como um todo, mas se compreendia enquanto coletividade partícipe dela.

grandes clubes da cidade e, também por isso, serviu como um marco social, cultural e político no futebol.

Aparentes contradições entre celebrar *Os Lusíadas* e Camões enquanto em amplos diálogos com brasileiros que tinham os rostos do Brasil e com a cultura brasileira, desvelavam uma instituição que soube transitar e dialogar para se configurar como uma grande agremiação esportiva do Brasil, mesmo em um período histórico em que a herança que louvava se via denunciada e perseguida por agências sociais do país. O Vasco não se fez guardião de uma intocável e restrita tradição portuguesa, mas entidade que se propôs comemorar tradições enquanto as recontextualizava nos permanentes diálogos com o Rio e o Brasil. O antilusitanismo da Primeira República, que estereotipava portugueses como eternos estrangeiros, esbarrava na realidade de uma instituição que atuava e atuou não somente em prol dos lusos no Rio, mas em prol de pessoas comuns da cidade, que preenchiam a torcida do clube e deram ao Vasco da Gama a sua grandeza e uma brasilidade plural. O Vasco, portanto, foi bem-sucedido entre as “instituições portuguesas” porque não propunha um projeto de isolamento, mas de inclusão. A sua portugalidade, muito presente, se demonstrou, na prática, como ampliadora do sentido de *brasilidade* então discutido, demonstrando que a identidade nacional poderia ser um mosaico de influências. Enquanto setores do nacionalismo nativista pregavam homogeneização excludente, o clube demonstrava a cultura como produto de encontros, capaz de absorver herança lusa sem apagá-la ou violentá-la de outras maneiras. Não sendo um pedaço de Portugal no Rio, o Vasco soube se transformar em um pedaço do Rio que carregava Portugal consigo, e por isso teve êxito e se consolidou.

CONCLUSÃO

A análise das fontes que mobilizamos nos permite constatar que o Club de Regatas Vasco da Gama foi fomentado enquanto, para além de instituição esportiva, uma estratégia política e sociocultural de reconversão simbólica dos portugueses do/no Rio de Janeiro, à época de sua fundação. Em vez de se resignar ao estigma de estrangeiros indesejados, a comunidade lusitana transformou o clube em lugar de afirmação identitária em sua luta contra a xenofobia. Símbolos visuais, práticas culturais e

conquistas esportivas foram mobilizados como capitais capazes de reposicionar os imigrantes na hierarquia social da cidade. Ao mesmo tempo, o CRVG construiu pontes: sua portugalidade não impediu, mas favoreceu a integração com a brasilidade. O clube não se limitou a celebrar um passado português; reatualizou-o em diálogo com o Rio e com o Brasil, contribuindo para a construção de uma identidade nacional mais plural e inclusiva. Constata-se que, ao afirmar portugalidade em hinos, festas e arquitetura, o Vasco também abraçou a brasilidade em práticas sociais e esportivas, mostrando ser possível conciliar tradição e modernidade, memória e integração. O Vasco não se tratava, como ressaltamos ao final de nossas considerações, como um enclave saudosista de um outro espaço geográfico, mas instituição que afirmava sua identidade em compasso à sua (re)formulação no Brasil e, especialmente, no Rio de Janeiro.

* * *

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, André Nunes de. **A grande reforma urbana do Rio de Janeiro:** Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/MauadX, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação.** 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Les trois états du capital culturel. BOURDIEU, Pierre. **Actes de la recherche em sciences sociales.** Paris: Éditions de Minuit, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- EDMUNDO, Luis. **O Rio de Janeiro do meu tempo.** Brasília: Senado Federal, 2003.
- JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega. O nacionalismo antilusitano e o centenário da Independência nas páginas da revista Gil-Blas (1919-1922). **Estudos Ibero-Americanos.** Porto Alegre: Escola de Humanidades, PUC/RS, 2022.
- LAMARÃO, Sérgio Tadeu N. **Dos trapiches ao porto:** um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**: a formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1986.

MENDES, José Sacchetta R. **Laços de sangue**: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil. São Paulo: Edusp, 2011.

NEVES, Margarida de S. **As vitrines do progresso** – O conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao século XX: a formação do mercado de trabalho no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relatório técnico à Finep. PUC-Rio, 1986.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata Galegos**: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas**. Niterói: EdUFF, 2017.

ROCHA, José da Silva. **Club de Regatas Vasco da Gama histórico**: primeiro volume – 1898-1923. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1975.

SANTANA, Walmer Peres. **A consolidação do Club de Regatas Vasco da Gama (1898-1906)**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

SCHWARTZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **A literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 2 v. Trad.: Regis Barbosa e Karen Barbosa. Brasília: Editora UnB, 2004.

Documentação

Ata de Fundação – Atas da Assembleia Geral do Club de Regatas Vasco da Gama (21/08/1898 a 18/10/1908). Rio de Janeiro: Club de Regatas Vasco da Gama. 20 de março de 1904. 199p. Disponível em: CPAD-CRVG (Rua Roberto Dinamite, n. 10. Vasco da Gama. Rio de Janeiro).

A Época. Rio de Janeiro. 1925-1927. Disponível em: Fundação Biblioteca Nacional (Av. Rio Branco, n. 219. Centro. Rio de Janeiro).

A Noite. Rio de Janeiro, 1919-1925. Disponível em: Fundação Biblioteca Nacional (Av. Rio Branco, n. 219. Centro. Rio de Janeiro).

Correio da Manhã. Rio de Janeiro. 1908-1927. Alguns fragmentos disponíveis digitalmente em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 21 abr. 2025. Outros, fisicamente, na Fundação Biblioteca Nacional (Av. Rio Branco, n. 219. Centro. Rio de Janeiro).

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 12 jan. 1908, p. 3. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

Gazeta Vasco. Rio de Janeiro. Disponível em: CPAD-CRVG (Rua Roberto Dinamite, n. 10. Vasco da Gama. Rio de Janeiro).

Jacobino Sportivo. O Sport Nacional. **Gil-Blas.** Rio de Janeiro, 25 ago. 1922, p. 5-6. Disponível em: <https://abrir.link/erJdt>Acesso em: 27 maio 2025.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 12 ago. 1897, p. 2. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 31 out. 1897, p. 8. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 24 abr. 2025

Lusitania: revista ilustrada de actualidades e de aproximação Luso-Brasileira. Rio de Janeiro, maio 1929. Disponível em: Fundação Biblioteca Nacional (Av. Rio Branco, n. 219. Centro. Rio de Janeiro).

O Paiz. Rio de Janeiro. 20 de maio de 1898, p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

Recenseamento do Brasil realizado em 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898. Disponível em: <https://abrir.link/RSAYi>. Acesso em: 30 abr. 2025.

Recenseamento do Brasil realizado em 31 de dezembro de 1900. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1905. Disponível em: <https://abrir.link/RSAYi>. Acesso em: 30 abr. 2025.

Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal) realizado em 20 set. 1906. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907-1908. Disponível em: <https://abrir.link/RSAYi>. Acesso em: 30 abr. 2025.

* * *

Recebido em: 30 maio 2025.

Aprovado em: 18 set. 2025.